QUILOMBO DE JABAQUARA: MOVIMENTOS DE INSURREIÇÃO NA HUMANIZAÇÃO DO ESCRAVO. BRASIL (SÉCULO XIX)

JOSILENE ALVES DE SOUSA

RESUMO

O estudo analisa a importância do Quilombo de Jabaquara, situado em Santos, como um movimento de resistência e insurreição dos escravizados no Brasil do século XIX. Mais do que um local de fuga, o quilombo representou uma luta por liberdade e transformação social, promovendo a inserção dos negros na sociedade como trabalhadores assalariados.

No início do século XIX, o Brasil ainda era dominado por uma economia baseada no sistema escravista, com as fazendas como principal espaço de poder. No entanto, a partir da segunda metade do século, Santos passou por profundas transformações, impulsionadas pelo capitalismo mundial e pela modernização econômica. Essas mudanças favoreceram o pensamento burguês europeu e contribuíram para o debate sobre a abolição da escravidão.

O Quilombo de Jabaquara emergiu nesse contexto como um espaço de resistência e organização social, política e econômica, desafiando a estrutura repressora vigente. Sua formação também foi influenciada por interesses republicanos na causa abolicionista, que facilitaram a fuga de escravizados do interior paulista.

A pesquisa destaca que a luta do Quilombo de Jabaquara não se limitou à busca pela liberdade, mas também visava melhores condições de vida, trabalho assalariado e inclusão social. Apesar de sua relevância acadêmica, o estudo reconhece a necessidade de uma abordagem mais ampla para compreender as múltiplas dimensões das lutas de classe, das desigualdades sociais e dos interesses políticos envolvidos na resistência quilombola.

Palavras-chave: Quilombo de Jabaquara. Resistência negra. Trabalho assalariado. Abolicionismo. Lutas sociais.

INTRODUÇÃO

A pesquisa e produção aqui apresentadas têm por intenção reconstruir um dos momentos da história da escravidão negra no Brasil do século XIX, iniciada pelo tráfico negreiro e a travessia para o Atlântico Sul. Ressalta-se neste trabalho a importância do Quilombo de Jabaquara como movimento de resistência em suas articulações e negociações, muitas vezes conturbadas com a elite da Cidade de Santos, que culminaram num processo de insurreição pela humanização negra no Brasil, com um propósito de reforma social a partir do qual se negociava a inserção, como assalariados, na sociedade vigente em melhores condições. Lutavam não só por liberdade, mas principalmente por transformação nas relações sociais, utilizando das organizações sociais, políticas e econômicas, presentes no quilombo, assim fazendo frente ao sistema repressor vigente. Os estudos de Décio Freitas, Clovis Moura, Jayme Pinsky, Joel José Rufino, Suely Reis de Queiroz e Ana Lúcia Duarte Lanna, apresentam pensamentos e concepções historiográficas sobre a história da escravidão negra no Brasil, segundo as quais o negro passa de sujeito passivo a sujeito ativo em suas relações com o sistema colonial. Alguns desses autores utilizaram a referência do marxismo, como no caso da afirmação dos autores da obra "Liberdade por um Fio", João José Reis e Flavio dos Santos Gomes, que relatam: "pois onde houve escravidão, houve resistência, onde houve negociação, houve fuga e a organização quilombola". Nota-se aí a presença da luta entre senhor e escravo, ou seja, classes opostas. Esses autores são referência para a nossa proposta de reconstrução da história do Quilombo de Jabaquara. Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-social, com base em pesquisa documental, revisão bibliográfica e análise crítica de fontes primárias e secundárias. A investigação se apoia em obras dos autores acima citados, dente outros estudiosos que discutem o papel dos quilombos, a escravidão urbana e as formas de resistência negra no Brasil.

Para entender como o Quilombo do Jabaqua-

ra se encaixava na vida urbana e portuária de Santos no século XIX, foram consultadas diferentes fontes, como relatórios oficiais, registros de população, leis importantes da época — como a do Ventre Livre e a dos Sexagenários —, além de relatos de viajantes e jornais antigos. Esses materiais ajudam a montar o cenário daquele período e a perceber como as transformações na cidade impactavam diretamente a vida da população negra.

Também foram levados em conta estudos sobre o surgimento da classe trabalhadora nas cidades e as políticas de imigração adotadas no Brasil, que muitas vezes acabaram excluindo os negros do novo modelo de sociedade que estava sendo construído.

A análise parte de uma perspectiva da história social e da crítica pós-colonial, ou seja, busca valorizar o papel ativo dos negros na construção de suas próprias trajetórias. Em vez de tratá-los apenas como vítimas de um sistema opressor, a proposta aqui é reconhecer que eles resistiram, lutaram e também ajudaram a moldar a história, mesmo em meio a tantas dificuldades.

A contextualização do Quilombo de Jabaquara na Cidade de Santos pretende transmitir ao leitor outras concepções sobre sua história em um século (XIX) de transformações profundas no Brasil, principalmente nas relações políticas e econômicas, nas quais estavam em pauta a manutenção ou não da escravidão e do sistema colonial, a invasão do capital estrangeiro inglês para a modernização das áreas comerciais do País, a crise do Império e a ascensão da República.

Sobre as pesquisas, as mesmas foram organizadas com bibliografias das décadas de 1980 e 1990, estas com novas articulações e aspirações, influenciadas pela antropologia social e pela inclusão dos aspectos simbólicos e rituais da vida escrava na sociedade brasileira. Destaca-se como aspectos dessa nova sociedade, a participação do negro como sujeito ativo de sua história, transformando-se de agente passivo a sujeito ativo, que lutou por transformações sociais e para preservar sua História. A obra de Eder Sader, de título “Quando novos personagens entram em cena”, retrata este novo pensamento, uma nova tendência bibliográfica que aponta para novos paradigmas sobre as lutas de resistência no Brasil. O livro tem um nome sugestivo para romper com as barreiras de pensamentos historiográficos conservadores, reproduzidos até em livros didáticos, sobre a história de luta e resistência dos oprimidos. Esta pesquisa pretende deste modo reconstruir a do negro no Quilombo de Jabaquara no século XIX e sua trajetória de coisa a ser.

Repensar o papel do negro escravizado no século XIX, especialmente a partir da experiência do Quilombo do Jabaquara, exige que a gente questione e desconstrua as ideias conservadoras que se enraizaram tanto na sociedade quanto nos livros de história. Durante muito tempo, essas ideias acabaram tratando o negro como uma "coisa", apagando sua humanidade e sua capacidade de agir.

Por isso, é fundamental valorizar estudos que reconheçam a importância da organização, da resistência e da permanência dos quilombos — como o de Jabaquara —, entendendo essas ações como parte de um movimento social. Nesse sentido, podemos nos apoiar na reflexão de Maria da Glória Gohn, no livro Teorias dos movimentos sociais, onde ela define os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por grupos coletivos, compostos por diferentes classes e camadas sociais, que se articulam em determinados contextos históricos e políticos.

No caso do Quilombo do Jabaquara, esse movimento se expressou como uma verdadeira força dentro da sociedade civil, criando um espaço alternativo ao sistema escravista. Assim, o quilombo não era apenas um refúgio, mas uma forma de negação prática ao regime de cativeiro, e uma aposta concreta na construção de uma nova forma de viver em sociedade.

OBJETIVO GERAL:

-Analisar o Quilombo do Jabaquara como um espaço de resistência negra e reorganização social no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na cidade de Santos (SP), durante o século XIX.

Objetivos Específicos:

-Investigar os fatores históricos, sociais e

econômicos que possibilitaram a formação e o crescimento do Quilombo do Jabaquara.
-Discutir a articulação entre o quilombo, o movimento abolicionista e o processo de urbanização e modernização da cidade de Santos.
-Examinar as formas de trabalho, organização comunitária e manifestações culturais desenvolvidas pelos quilombolas.
-Refletir sobre o papel do Quilombo do Jabaquara na luta por cidadania, inserção social e enfrentamento do racismo estrutural.

O QUILOMBO DO JABAQUARA

No início do século XIX, o Brasil ainda mantinha as bases estruturais de sua vida social nas fazendas, onde o senhor de engenho detinha o poder local e seus desejos se impunham como os desejos da população. Então o meio rural era o de maior circulação populacional, pois havia vendas de beira de estrada, quilombos e outros grupos sociais, perambulando nas proximidades das fazendas. Em contrapartida, as cidades, em sua maioria, eram simples e acanhadas, pequenos vilarejos sujos sem atrativos, conhecidas em relatos como lugar de gente pobre. As festividades sempre ocorriam e movimentavam as fazendas, enquanto a cidade tinha uma função secundária.
Somente na segunda metade do Século XIX, Santos passa por profundas e marcantes transformações. A introdução de valores associados ao pensamento burguês europeu – como o trabalho livre, a propriedade privada e o progresso técnico – inserem um novo modelo de vida social, econômica e política moderna que invade as cidades, impulsionada pelo avanço da Revolução Industrial e pela inserção mais ativa do Brasil no mercado capitalista mundial. Esse processo de modernização urbana e reconfiguração social impactou diretamente a vida dos grupos marginalizados, entre os quais a população negra, escravizada ou liberta, que buscava formas de inserção mais digna no novo modelo social emergente.
Alguns estudos indicam que em 1850, Santos possuía 3.189 escravizados para uma população livre de 3.956 habitantes. Essa configuração indica uma proporção extremamente elevada de cativos em relação à população livre, revelando a centralidade do trabalho escravo na economia local. A base social santista era composta por comerciantes portugueses (os chamados Valongeiros, por atuarem no comércio de produtos lusitanos), militares (os Quarteleiros), administradores imperiais, pobres livres, escravos, libertos e muitos viajantes.
Mesmo que seja hipótese, isso mostra uma grande concentração de escravos, na cidade, para cada habitante livre havia um escravo.

A população da cidade de Santos que em 1854 era de 7.855 habitantes chega no início do nosso período, em 1872, com 9.871 apresentando, a partir daí – apesar das ondas sucessivas de epidemias que dizimavavam parcelas enormes da população – índices elevados de crescimento.(LANNA, 1996: 50).

O aumento populacional da população santista, ocorre mesmo diante das sucessivas ondas epidêmicas que frequentemente dizimavam parcelas significativas da população. Esse crescimento indica não apenas um aumento demográfico, mas também uma expansão das demandas por trabalho, serviços e reorganização urbana, que exigiria novas formas de integração social e econômica dos trabalhadores – sobretudo dos negros libertos.
Diante desse contexto, a Revolução Industrial e o advento do trabalho assalariado desempenharam papel determinante na transição das relações de trabalho no Brasil. A expansão do trabalho livre e, principalmente, a crescente consciência dos escravizados sobre sua condição de exploração fomentaram ideias de organização coletiva e articulação de resistência. Esses movimentos reivindicavam não apenas a abolição da escravidão, mas também a inclusão dos negros no modelo emergente de cidadania moderna, ao trabalho livre e assalariado.
Nesse processo, o Quilombo do Jabaquara representa uma forma singular e complexa de resistência urbana e reinvenção social. Estabelecido nas imediações de
Santos, o nome “Jabaquara” tem origem na língua tupi – “yâb-a-quáram” –, significando “corredor ligeiro”, uma referência a um riacho que cortava a região. Para estudiosos

como Ana Lanna e Clóvis Moura, o surgimento do quilombo está vinculado à organização de escravizados fugitivos oriundos das lavouras do interior paulista, que viam na cidade portuária de Santos uma possibilidade de refúgio, reorganização e trabalho livre.
Muitos desses fugitivos permaneceram no quilombo, enquanto outros eram encaminhados para o Ceará, onde a escravidão foi oficialmente abolida em 1884. É fundamental destacar a atuação de abolicionistas como Quintino Lacerda, liderança política negra e figura central na estruturação do Quilombo do Jabaquara. Embora alguns desses abolicionistas fossem burgueses interessados na constituição de uma força de trabalho moderna, a articulação do quilombo não pode ser compreendida como mera política tutelada: ela expressa o protagonismo de sujeitos negros que desejavam, com autonomia, afirmar sua presença e dignidade na sociedade.
A autora Suely R. Reis de Queiroz, em sua obra Abolição da Escravidão (1987), oferece uma análise crítica e comparativa das medidas legislativas que antecederam a abolição formal da escravidão no Brasil, com especial atenção à Lei do Ventre Livre (1871) e à Lei dos Sexagenários (1885).

Uma comparação entre os dois projetos explicará a mudança: enquanto o de Dantas libertava os trabalhadores idosos sem qualquer indenização, o segundo, a esse título, obrigava-os a servir de graça até 65. O fazendeiro que quisesse substituir o trabalho escravo pelo livre seria reembolsado em título pelos cativos libertados, mas poderia obrigá-los a servir por mais cinco anos em troca de um salário doze vezes inferior aos juros que receberia pelos títulos a lhe serem concedidos. Os valores arbitrados para os negros eram também mais elevados que os de projeto de Dantas.(QUEIROZ, 1987: 71).

Ao fazer essa análise, Queiroz destaca as profundas contradições e disputas políticas que marcaram esse período, especialmente no que diz respeito aos interesses dos grandes proprietários rurais, em particular os fazendeiros paulistas, que exerceram forte influência sobre as decisões do Império.
Segundo a autora, uma importante tentativa de avanço na legislação abolicionista foi proposta por Manuel Pinto de Sousa Dantas, conhecido como Senador Dantas, quando ocupava a presidência do Conselho de Ministros. Seu projeto previa a concessão de liberdade imediata aos escravizados idosos, sem qualquer tipo de indenização aos seus proprietários. A proposta representava uma postura mais progressista diante da questão escravista, e tinha como fundamento o princípio da dignidade humana e o reconhecimento do desgaste físico e social dos trabalhadores escravizados mais velhos.
Contudo, a pressão exercida por setores conservadores, sobretudo os grandes fazendeiros do café em São Paulo, resultou na rejeição do projeto de Dantas e na formulação de uma versão mais moderada e conveniente aos interesses escravocratas: a Lei dos Sexagenários, sancionada em 1885. Esta nova legislação, embora proclamasse a libertação dos escravizados com mais de 60 anos, impunha uma condição de trabalho compulsório até os 65 anos de idade, sem remuneração formal, sob o pretexto de "indenizar" os senhores de escravos. Ou seja, os libertos permaneciam vinculados ao serviço, agora sob a fachada legal de uma transição, mas ainda subordinados às vontades de seus antigos donos.
Além disso, Queiroz observa que os proprietários que optassem por substituir a mão de obra escrava pela assalariada teriam direito a receber títulos de crédito como compensação pelos trabalhadores libertos. Contudo, estes trabalhadores poderiam ser mantidos no serviço por mais cinco anos mediante o pagamento de um salário extremamente irrisório — cerca de doze vezes inferior ao valor dos juros que os senhores receberiam pelos títulos concedidos pelo governo. A ironia e a desigualdade dessa política evidenciam a tentativa do Estado imperial de conciliar os interesses econômicos dos senhores com uma aparência de progresso humanitário. Além disso, os valores arbitrados para a indenização dos escravizados libertos eram significativamente mais elevados do que os estipulados no projeto original de Dantas,

revelando o peso que o poder econômico das elites agrárias tinha nas decisões do Império.
Dessa forma, a comparação entre os dois projetos — o de Dantas e o que resultou na Lei dos Sexagenários — revela as tensões e disputas políticas que cercaram o processo abolicionista. Mais do que medidas voltadas ao reconhecimento pleno da liberdade e da cidadania negra, essas leis foram fruto de arranjos políticos que buscavam garantir a transição econômica para o trabalho livre sem comprometer os lucros e os privilégios da elite escravocrata.

Também na década de 1850 iniciava-se a Revolta dos Caifases, precursores das ações que se mantiveram com os Abolicionistas entre Santos e São Paulo. Foram, então, recrutados escravos fugidos aquilombados para o trabalho livre assalariado, principalmente o funcionamento do porto e a construção da ferrovia, com necessidade para se trabalhar até vinte e quatro horas por dia, dependendo exclusivamente dos trabalhadores que povoavam o morro, no qual se instituiu o Quilombo. Possivelmente esse povoamento de escravos fugidos deu origem ao Quilombo de Jabaquara.
A Companhia das Docas, empresa administradora do porto, também mantinha uma pedreira nas terras do quilombo de Jabaquara, da qual fornecia matéria-prima para a construção da ferrovia entre São Paulo e Santos, com concessão de 1856, passada a Companhia Inglesa São Paulo Railway, inaugurada em 1868.
Com a intensificação do comércio entre as cidades, a pedreira, o porto, além dos momentos de greve nos armazéns do porto como é no caso 1891, cresceu a demanda da mão de obra do trabalhador do negro aquilombado, de maneira que começaram a haver contratos para serviços temporários para os negros do morro de Jabaquara como carregadores, estivadores, mineiros, e outras funções assalariadas.
A possibilidade do trabalho livre assalariado foi encarada pelos negros aquilombados em Jabaquara como forma de pertencer ao novo contexto de classe social, reproduziram em suas moradias, e a seu modo, condições próximas às burguesas, com divisão de cômodos, sala, quatro, cozinha e banheiro, modestos é claro. Com os salários que recebiam nos trabalhos realizados, puderam comprar madeira para a construção, além de pegarem as madeiras das enormes caixas em que levavam e traziam os derivados do porto. Por outro lado, as folias de carnaval e os batuques que aconteciam no morro foram incorporados às festividades da cidade. Sendo assim, é possível que o advento do Quilombo de Jabaquara seja anterior ao ano de 1882, possivelmente vinculado às mobilizações dos anos 1850 e ao início das articulações republicanas, sendo possível situar seu surgimento nos anos que ocorreram a revolta dos Caifases. Seu crescimento esteve diretamente relacionado à promulgação de leis como a do Ventre Livre (1871) e a do Sexagenário (1885), bem como às pressões do movimento republicano, que, em alguns casos, aliava-se a setores abolicionistas. Ainda assim, essas legislações demonstraram-se insuficientes e contraditórias, pois mantinham formas de servidão disfarçadas.

Os próprios escravos nos seus movimentos de rebeldia pleiteavam sua incorporação como trabalhadores livres e assalariados, por exemplo nas fazendas onde trabalhavam. Relatos policiais fazem referência a casos de escravos rebeldes que se dirigiam para cidades próximas das fazendas onde eram cativos. Reunidos, exigiam de seus senhores não só liberdade imediata mas salários para continuarem a trabalhar. Não se tratava mais da exclusão da sociedade legal. A liberdade e o trabalho eram a possibilidade de nela se inserirem, se assim o desejassem.(LANNA, 1996: 182).

Outro fator que pode ter sido muito importante para o advento do Quilombo de Jabaquara, foi a iniciativa do Império brasileiro de impor o branqueamento da raça. Esse projeto visava à substituição da população negra por imigrantes europeus, com base em ideologias racistas que associavam civilização à branquitude. A tentativa do Império brasileiro de substituir a mão de obra escrava pela imigração europeia, intensificada a partir da década de 1850, enfrentou

obstáculos em Santos. É verídico dizer que os europeus que chegavam em Santos não queriam permanecer na cidade, pois suas condições eram por diversos momentos insalubres, com epidemias constantes e as condições de vida em um cortiço complicadas demais. Não havia como irem para os morros, pois já eram ocupados pelos escravos fugidos de um lado e casas de portugueses do outro. Assim as tentativas de trazer o europeu imigrante para o trabalho livre, para mudança de mão-de-obra nas lavouras do café no interior de São Paulo, na década de 1850, foram sem sucesso. A imigração só se intensificou em 1886.

Os imigrantes europeus que começaram a chegar ao porto na década de 1850, eram destinados ao interior de São Paulo, para trabalhar nas fazendas de café e substituir os negros do trabalho escravo por brancos do trabalho livre assalariado.

Nesse cenário, a formação de um quilombo urbano, resistente, produtivo e culturalmente ativo, como o do Jabaquara, representava uma afronta à ordem dominante e uma afirmação concreta da presença negra no espaço urbano e na construção da cidade moderna. Na Cidade de Santos a grande concentração de negros escravos e ex-escravos reunidos na mesma região permitiu a criação do Quilombo de Jabaquara, que reivindicou e se rebelou como organização e movimento social, por considerarem estar na terra de sua liberdade.

Segundo relatos históricos, o Quilombo do Jabaquara chegou a abrigar cerca de dez mil pessoas e exerceu papel fundamental na abolição da escravidão em Santos, ocorrida em 1886 — dois anos antes da assinatura da Lei Áurea. A partir da articulação de sua comunidade, da força de trabalho organizada e do apoio de setores progressistas, o quilombo consolidou-se como símbolo de resistência negra e de construção de um projeto alternativo de cidadania e liberdade.

CONCLUSÃO

A análise do Quilombo do Jabaquara revela-se fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais que permearam o período final da escravidão no Brasil e os primeiros anos do pós-abolição. Longe de representar apenas um abrigo concedido sob os interesses das elites republicanas ou um reflexo direto da atuação do movimento abolicionista, esse quilombo urbano configura-se como um espaço de resistência ativa, protagonizado por sujeitos negros — escravizados e libertos — que reivindicavam sua autonomia, liberdade plena e dignidade social.

Ainda que a causa republicana e os movimentos abolicionistas tenham tido influência na conformação desse espaço, é imperativo reconhecer que os agentes centrais desse processo foram os próprios negros, cuja luta extrapolava as agendas institucionais. Desde o interior das fazendas paulistas, multiplicavam-se estratégias de resistência à ordem escravista — fugas, rebeliões, negociações e articulações coletivas — que se desdobraram, no contexto do Jabaquara, em ações concretas voltadas à constituição de formas alternativas de organização social, trabalho autônomo e busca por inserção digna na sociedade pós-escravocrata.

O Quilombo do Jabaquara, portanto, não pode ser compreendido apenas como um local de refúgio físico, mas sim como um território simbólico e político, onde se afirmavam identidades negras e se construíam novas formas de vida a partir da lógica da coletividade, da solidariedade e da resistência. Sua existência desvela as contradições de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que proclamava os ideais de liberdade, mantinha estruturas profundamente excludentes e racializadas, que marginalizavam sistematicamente a população negra mesmo após a abolição formal da escravidão.

Do ponto de vista historiográfico, o estudo do Quilombo do Jabaquara permite tensionar narrativas hegemônicas que por muito tempo silenciaram ou minimizaram o protagonismo negro na construção da história brasileira. A valorização dessa experiência histórica amplia o repertório analítico das ciências humanas e sociais, ao incorporar perspectivas de coloniais, críticas à história oficial e comprometidas com a reconstituição das memórias subalternizadas. Além disso, a análise do Jabaquara oferece subsídios importantes para o entendimento das lutas de classes, das disparidades raciais e

da complexidade dos processos de exclusão e resistência no Brasil oitocentista.

Ressalte-se, ainda, que a permanência do legado do Quilombo do Jabaquara transcende os limites temporais do século XIX. Sua memória histórica alimenta debates contemporâneos sobre o racismo estrutural, a desigualdade social, os direitos da população negra e as lutas por reparação e justiça histórica. Em tempos nos quais as disputas por memória, identidade e representação se acirram no espaço público, retomar criticamente experiências como a do Jabaquara é um exercício ético, político e pedagógico de valorização das trajetórias negras e de enfrentamento das continuidades da opressão racial no Brasil.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de aprofundar o estudo do Quilombo do Jabaquara por meio de pesquisas interdisciplinares, que articulem história social, antropologia, sociologia e estudos culturais. Investigações futuras poderão explorar, com maior profundidade, as relações internas estabelecidas entre os moradores do quilombo, as práticas culturais e religiosas ali desenvolvidas, as estratégias econômicas de sobrevivência, bem como as formas de interlocução com o poder público e a sociedade envolvente.

Portanto, a história do Quilombo do Jabaquara deve ser reconhecida como patrimônio da luta por liberdade e justiça social no Brasil. Sua importância transcende o campo acadêmico e precisa ser incorporada aos currículos escolares, aos debates sociais e às políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. Valorizar essa trajetória significa, acima de tudo, reconhecer o protagonismo da população negra na formação do país e reafirmar o compromisso com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, plural e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.

GOMES, Flavio. História de quilombolas. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. GOMES, Flavio e FERREIRA Roquinaldo A lógica da crueldade IN: Revista História Viva, Temas Brasileiros nº3. São Paulo: Ed. Duetto, p.12-17.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma Cidade na Transição, Santos: 1870-1913. São Paulo. 1996.

MOURA, Clovis. Os Quilombos e a rebelião negra. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MOURA, Clovis. Quilombos: Resistência ao escravismo. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

MOURA, Clovis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil: São Paulo: Edusp, 2004. p. 221-223.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. 20. ed.,2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009. – (Repensando a História).

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 71-115.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. A abolicação da escravidão. 4º ed São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS, João José e GOMES, Flavio dos Santos. (org) Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 09-25.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. 2ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação do povo brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 208-241.

SANTOS, Francisco Martins dos. História de Santos [1937]. São Vicente, Ed. Caudex Ltda., 1986. Capítulos sobre a campanha abolicionista reproduzidos na série "Quilombos" em Novomilenio: Histórias e lendas de Santos, no site www.novomilenio.inf.br/santos.

SANTOS, Joel Rufino dos. Zumbi. 2ª ed. São Paulo: Global, 2006.